

COTAS NA PÓS

Em decisão histórica, na última quarta-feira, 15, a UFRJ aprovou cotas em todos os programas de pós-graduação. A medida determina que 20% das vagas sejam reservadas a cotistas pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. A regra começa a valer a partir dos próximos editais de concursos. A UFRJ tem quase 16 mil alunos de mestrado e doutorado.

PÁGINAS 2 E 7

JORNAL DA

AduFRJ

1232 • 15 de junho de 2022 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

A UNIVERSIDADE QUE CONSTRUÍMOS NO BRASIL DA DESCONSTRUÇÃO

MORTE NA FLORESTA

A confirmação do assassinato do jornalista britânico Dom Philips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, na tarde de quarta-feira (15), escreve mais um capítulo da cruzada do governo Bolsonaro contra o país. A Amazônia que os dois deram a vida para preservar — a da floresta de pé e dos povos originários — é bem diferente daquela que o presidente quer destruir — onde imperam garimpeiros, madeireiros, grileiros e outros criminosos incentivados pelo governo.

PÁGINAS 2 E 5

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Foi difícil fazer a capa do jornal desta semana. Mudamos várias vezes. Primeiro, decidimos que seria o assassinato de Dom e Bruno e a cumplicidade perversa do presidente da República, com suas mãos cheias de sangue por essas e outras tantas mortes nos últimos três anos. Depois, no começo da tarde desta quarta-feira, em que fechamos o jornal nesta curta semana de três dias, veio a boa e importante notícia de que a UFRJ vai adotar as cotas na pós-graduação. Decidimos, então, pela mais trabalhosa das apostas, a junção das duas informações: de um lado, a universidade que construímos diariamente, com compromisso social, criatividade, excelência e inclusão; de outro, o país que diuturnamente é destruído por um governo genocida, que flerta com o fascismo e castiga defensores da Ciência, da arte, da Amazônia e dos povos originários.

Sabemos que a adoção das cotas na pós não é solução mágica para corrigir a desigualdade em nossos mestrados e doutorados. A valorização das bolsas, há tanto tempo estagnadas, seria um passo importante para atrair candidatos que sonham com a pesquisa acadêmica, mas que não retornam para a universidade porque é quase impossível trocar um bom emprego por uma bolsa de R\$ 2.200. Que o diga Nêdir do Espírito Santo, negra, diretora da AdUFRJ e professora do Instituto de Matemática. Para ela, a aprovação institucional das cotas nos programas de pós-graduação é um passo importante, mas representa um ainda tímido movimento na longa jornada de transformação da universidade e da realidade brasileiras.

“Os negros desse país são a maioria da população, mas, por

Sabemos que a adoção das cotas

na pós não é solução mágica para corrigir a desigualdade em nossos mestrados e doutorados. A valorização das bolsas, há tanto tempo estagnadas, seria um passo importante para atrair candidatos que sonham com a pesquisa acadêmica, mas que não retornam para a universidade porque é quase impossível trocar um bom emprego por uma bolsa de R\$ 2.200

questões estruturais da nossa sociedade, não conseguem acessar espaços de ensino superior e de pesquisa, nem cargos de gestão”, reconhece a professora. Para ela, aprovar cotas na pós terá resultados somente em médio e longo prazos. “Os efeitos demoram a aparecer. Vide há quanto tempo temos nossa política de cotas para a graduação e o número sequer razoável de professores negros. Então, é uma política que demora a mostrar seus efeitos, mas, sem dúvidas, é um primeiro passo fundamental para que haja de fato uma profunda transformação da universidade”.

E assim, seguimos teimosamente em busca dessa transformação construtiva da universidade, mesmo quando estamos diante de um governo obcecado pela destruição e pela morte. Em nome de Dom, de Bruno, e de tantos outros que tombaram nos últimos quatro anos, fiquemos com o alerta do querido professor Ricardo Galvão, na matéria da página 5 desta edição. “Que em janeiro de 2023 tenhamos um alvorecer em nosso país. Com a luz penetrando a escuridão negacionista com suavidade, mas pujantemente” Boa leitura!

ARTIGO MARCUS VINÍCIUS VIEIRA, PROFESSOR DO INSTITUTO DE BIOLOGIA

Tem sido um período difícil para a vida universitária e para a UFRJ em particular, mas nada pior que a perda de um colega e amigo de forma súbita, sem aviso. Um amigo que, durante sua carreira, representou a mente e o espírito acadêmicos como poucos. Na última sexta-feira, 10 de junho, o professor Eduardo Arcoverde de Mattos (foto) nos deixou.

Suas palavras e pensamentos sempre foram doces, mas questionadores, entremeados de trocadilhos e piadas. Sentia-se satisfeito quando percebia um rosto de interrogação: sua missão como formador e pensador estava sendo cumprida. Frequentemente, perguntava sobre o “arcabouço teórico-conceitual” (em suas palavras), desafiando alunos e colegas a situar suas pesquisas, atividades de ensino ou extensão em um contexto maior, para entender as implicações e qual conhecimento era gerado. Era conhecido também por seus apertados em falas das colegas, para complementar o assunto, sempre pertinentes, embora raramente breves.

Sua linha de pesquisa principal e paixão sempre foi a Ecofisiologia Vegetal, desde sua iniciação científica no Departamento de Ecologia da UFRJ, com o professor Sérgio Tadeu Meirelles, ao mestrado e doutorado na UFSCar com o professor José Antonio Proença Vieira de Moraes, e pós-doutorado na Unicamp. A primeira contratação foi como professor do Departamento de Ecologia da USP em 1997, que deixou em 1999 para ingressar na UFRJ, no Laboratório de Ecologia Vegetal, onde atuou desde então. Afastou-se apenas para um pós-doutorado na Universitat de les Illes Balears, na Espanha, em 2008. Em suas publicações científicas, fica clara a interação e parceria com outros pesquisadores com destaque na Ecofisiologia e Ecologia Vegetal, nacionais e internacionais.

A Ecofisiologia da fotosíntese, germinação de sementes, e funcionamento de plantas de forma geral foi usado como elemento-chave em contribuições ao conhecimento de outras áreas centrais da Ecologia, como na compreensão de padrões de diversidade de espécies e funções, consequências



ARQUIVO PESSOAL

de estresse para o funcionamento e aptidão, incluindo fixação e estoques de carbono em ecossistemas. Sempre atuou no Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFRJ, que coordenou de 2011 a 2014, deixando sua marca em disciplinas como Delineamento Experimental, mas também em Ecologia Vegetal e Metodologia Científica na graduação.

Nos últimos anos, aderiu ao Projeto Capim Limão,

uma iniciativa de extensão em Agroecologia de alunos dos cursos de graduação do Instituto de Biologia, que coordenou formalmente como um projeto de extensão da UFRJ a partir de 2018. Passou a pegar na enxada, pés e mãos na terra, mas sempre com o gosto pela discussão de ideias, e pela batalha intelectual que envolve o aprendizado. Partiu cedo. Sua falta é dolorosa e difícil para todos nós.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO

-  MAPLE BEAR TIJUCA
-  MIT CUIDADORES
-  ACADEMIA TIJUCA FIT
-  MADONA CLINIC
-  PSICARE PSICARE
-  FISIOTERAPIA RJ LTDA
-  CRECHE AMANHECENDO
-  CRECHE ESCOLA RECRIAR
-  CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS


-  ROÇA URBANA ORGÂNICOS

-  JC LUZ CORRETORA

-  FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL


-  BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS

-  MACAÉ ESCOLA ALFA

-  CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL

-  HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

-  MAIS FITNESS ACADEMIA

-  CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA

-  RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR

‘OCUPA BRASÍLIA’ PROTESTA CONTRA CORTES NO MEC

> Ato contra projeto de destruição do governo Bolsonaro nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia reuniu milhares de manifestantes na capital federal e ganhou apoio nas redes sociais



DIVULGAÇÃO/ANDES

ISADORA CAMARGO
comunica@adufjr.org.br

Na terça-feira (14), mais de cinco mil manifestantes, dentre eles docentes, servidores e estudantes das

instituições federais de ensino de todo o país, se reuniram na capital federal para o ato “Ocupa Brasília”, em protesto contra o projeto de desmonte das áreas de Educação, Ciência e Tecnologia promovido pelo governo Bolsonaro. Nas redes sociais, o “Ocupa Brasília” ganhou forte apoio.

A ação teve início com uma audiência pública na Câmara dos Deputados, às 13h, e de lá os manifestantes seguiram em marcha em direção ao Ministério da Educação. Ao cair da noite, um ato cultural em frente ao Teatro Nacional encerrou o protesto. As palavras de ordem chamaram atenção para os ataques mais recentes à Educação, como o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão no orçamento do MEC, e a PEC 206, que propõe a cobrança de mensalidade nas universidades públicas e que chegou a ser pautada na Câmara.

A AdUFRJ apoiou o ato e subsidiou dois dos quatro ônibus que saíram em caravana da UFRJ na noite anterior. “Construímos este evento de ocupação de Brasília com o DCE e com o SINTUFRJ, trabalhando juntos no que nos une: oposição ao governo Bolsonaro e defesa da universidade”, afirmou o pro-



DCE/UFRJ



DIVULGAÇÃO/ANDES

DCE/UFRJ

fessor João Torres, presidente da AdUFRJ.

Os técnico-administrativos que partiram na caravana se somaram às palavras de ordem das lutas gerais, como a reposição das perdas salariais e contra os cortes, e também representando as pautas locais da universidade. “Estamos na UFRJ enfrentando muitas lutas, muita precariedade no retorno presencial, e a ameaça que tem sido a Ebserrh”, comentou Marta Batista, coordenadora-geral do Sintufjr.

Os estudantes da UFRJ tam-

bém estavam presentes, em unidade com os trabalhadores e trazendo suas reivindicações. Thainá Teixeira, diretora do DCE Mário Prata, declarou: “Fizemos uma longa viagem para chegar aqui, para lutar pela permanência estudantil e contra o processo de cortes, privatizações e retirada de direitos que têm acontecido. A UFRJ hoje tem o menor orçamento da década, isso afeta diretamente nosso funcionamento. Estamos falando de bandejeões, moradia estudantil, e condições para que possamos produzir Ciência,

como fizemos com as vacinas contra a covid-19”.

O ato ainda contou com a participação de lideranças indígenas, em protesto pela revogação do marco temporal e contra o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, no Amazonas. Em última instância, todas as lutas representadas no “Ocupa Brasília” tiveram como eixo principal a defesa da democracia, hoje ameaçada em nosso país.

A avaliação do Andes, uma das entidades nacionais a con-

vocar o ato, foi positiva. “Foi muito importante, foi potente. Chamamos muita atenção dos institutos e universidades que estão em greve, e apontamos para o avanço da mobilização em defesa da educação pública”, afirmou a secretária-geral Regina Ávila. Para o setor das universidades federais do sindicato nacional, o principal saldo final foi a deliberação pela realização de assembleias locais até o dia 25 de junho, quando ocorrerá uma nova reunião, com o indicativo de uma greve geral da educação a partir do dia 27.



FOTOS FERNANDO SOUZA

‘CAPITAL PRODUZ VIOLÊNCIA E MORTE NO CAMPO’, DIZ STÉDILE

> Lideranças da esquerda apontaram a necessidade de o Brasil realizar uma reforma agrária que garanta a soberania alimentar, que preserve a natureza e ajude a combater o aquecimento global

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A Escola de Serviço Social foi o cenário do último debate sobre meio ambiente organizado pelo Fórum de Ciência e Cultura. Entre os dias 5 e 14 de junho, especialistas de diferentes áreas discutiram temas relevantes como biodiversidade, mudanças climáticas, reforma agrária, agroecologia e o papel da ciência no processo de preservação dos biomas. No dia 14, foi a vez de ouvir o teólogo Leonardo Boff, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, João Pedro Stédile; e a assistente social Marina dos Santos, também liderança nacional do MST. A pró-reitora de Extensão, professora Ivana Bentes, foi a mediadora do encontro e a

professora Tatiana Roque, coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, a anfitriã. A atividade aconteceu em conjunto com a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA).

Para Boff, a pandemia de covid-19 é o primeiro grande sinal da natureza, que reage a formas predatórias de os seres humanos lidarem com o meio ambiente. “Não podemos voltar à antiga normalidade, porque ela nos trouxe o coronavírus”, disse o teólogo. “Este é um tema extremamente grave. Estamos diante de duas grandes ameaças: o aquecimento global e uma guerra nuclear. Ambas podem acabar com a humanidade”, pontuou. “Temos apenas oito anos para impedir que o clima do planeta suba 1,5°C. Milhares de vidas podem desaparecer”.

A professora Tatiana Roque questionou o que leva bilionários

a investir em turismo espacial enquanto a fome e as epidemias assolam o nosso planeta. “O negacionismo é um fenômeno do nosso tempo que tem muito mais a ver com fechar os olhos para essa realidade emergencial que a gente está enfrentando, principalmente com as mudanças climáticas”, analisa. “Essa aposta é que a ciência e a tecnologia vão trazer alternativas mágicas. Isso nos ajuda a entender um pouco a razão desse turismo espacial. É uma atitude ostentatória, mas também há por trás a tentativa de buscar recursos em outros planetas, uma solução que seria, por definição, para poucos”.

Para rejeitar essa visão, é preciso buscar maneiras, segundo a professora, de solucionar as questões agora. “As enchentes, secas, tudo isso nos indica que já estamos vivendo essas mudanças climáticas. É preciso mudar a

forma de produção de alimentos, para que a gente garanta a alimentação da população e o uso consciente da terra. A reforma agrária, portanto, é uma pré-condição para que a gente consiga um novo modelo de desenvolvimento sintonizado à urgência que as mudanças climáticas nos trazem”.

Marina dos Santos, assistente social formada pela UFRJ, destacou a importância de a universidade atuar em conjunto com os movimentos sociais para solucionar problemas como a fome. “Mais de 30 milhões de pessoas ingressaram no mapa da fome no Brasil. E no estado do Rio de Janeiro, 1,3 milhão de pessoas estão passando fome todos os dias. Não são apenas números. São vidas. Pessoas que estão sofrendo com algo que é invisível para nós, que é a fome”.

Para Stédile, a crise enfrentada hoje, pelo capitalismo, é estrutural, porque não se manifesta apenas no sistema econômico. “O famoso 1% da população continua acumulando, mas já não consegue mais resolver os problemas básicos da humanidade”, disse. “Antes, a burguesia era produtora de bens de consumo. Hoje, atua no capital especulativo, que nada produz”, afirmou. “O capitalismo senil prega a individualidade. Ideologicamente, a burguesia não tem projeto para a humanidade. Ela não apresenta um futuro para a próxima geração”, analisou.

Stédile defendeu que a crise ambiental está profundamente relacionada à crise do capital. “Os capitalistas correm para a natureza para salvar seu capital fictício e transformá-lo em bens. E, quando o capital avança para as fronteiras produtivas, produz violência e morte no campo”.

Stédile defendeu que a crise ambiental está profundamente relacionada à crise do capital. “Os capitalistas correm para a natureza para salvar seu capital fictício e transformá-lo em bens. E, quando o capital avança para as fronteiras produtivas, produz violência e morte no campo”.

Stédile defendeu que a crise ambiental está profundamente relacionada à crise do capital. “Os capitalistas correm para a natureza para salvar seu capital fictício e transformá-lo em bens. E, quando o capital avança para as fronteiras produtivas, produz violência e morte no campo”.

FALTA DE ORÇAMENTO PODE FECHAR UFRJ

O estrangulamento do orçamento pelo governo pode levar a um inédito “shutdown” da UFRJ. Após agosto, a instituição não terá dinheiro para pagar as contas básicas de manutenção, como luz, água e contratos de limpeza e vigilância. “Nós nunca fechamos antes. Talvez tenhamos que fechar pela primeira vez”, alertou a reitora Denise Pires de Carvalho, em coletiva à imprensa neste dia 15.

Nem greves nem a pandemia pararam a UFRJ completamente. Agora, até o funcionamento das nove unidades de saúde da

universidade está ameaçado. Seria uma paralisação das atividades por falta do mínimo de infraestrutura. “A luz deixará de ser paga em setembro. Quando a Light vai apagar a nossa luz? Não sabemos”, afirmou a dirigente. “No dia que a Light apagar a luz, a universidade fecha”, exemplificou. “Sem contratos cobertos, as empresas demitirão e os terceirizados. Sem ter como recolher lixo das salas de aula ou limpar os banheiros, a universidade acabará fechando. Não dá para precisar uma data”, completou.

A maior federal do país conta hoje com um orçamento que equivale a menos da metade do que já foi em 2012. Considerando valores corrigidos pela inflação, a universidade já teve R\$ 725 milhões há dez anos. Mas a UFRJ começou 2022 com R\$ 329 milhões e sofreu um recente bloqueio de R\$ 23,9 milhões.

O pró-reitor de Orçamento e Finanças, professor Eduardo Raupp, fez analogia com o planejamento de uma viagem de avião. “É como se a gente tivesse se programado para fazer um voo longo, sem condições

de reabastecer e, já na nossa rota, sermos avisados que não poderemos mais usar 7% do combustível e não tem onde pousar”, disse.

A docente também ressaltou o papel da Saúde, da Educação e da Ciência para o país. “Se a gente parar, não poderemos retomar como estava. Vamos dar 500 passos para trás e começar de novo, e isso não pode acontecer. A Ciência é investimento e é fundamental. Não pode haver cortes”, completou.

IMPACTO NA PESQUISA
Segundo a professora Clarissa

Damaso, coordenadora do recém-criado Grupo de Trabalho Monkeypox da UFRJ, os cortes têm um impacto importante nos laboratórios da universidade. “Não se pode trabalhar num lugar insalubre, principalmente se você trabalha com material patogênico”, explicou.

A docente também ressaltou o papel da Saúde, da Educação e da Ciência para o país. “Se a gente parar, não poderemos retomar como estava. Vamos dar 500 passos para trás e começar de novo, e isso não pode acontecer. A Ciência é investimento e é fundamental. Não pode haver cortes”, completou.

IMPACTO NA PESQUISA
Segundo a professora Clarissa

“DOM E BRUNO FORAM APAGADOS PORQUE INCOMODAVAM DEMAIS”

> Em debate na UFRJ, Ricardo Galvão, professor de Física da USP, lamentou o desaparecimento do jornalista britânico e do indigenista brasileiro, e alertou para a importância das próximas eleições

ESTELA MAGALHÃES
comunica@adufrrj.org.br

Uma postura proativa na defesa do meio ambiente e uma divulgação científica de qualidade foram as principais propostas no debate “Ciência e políticas públicas no atual cenário negacionista”. O encontro, realizado na última segunda-feira, no campus da Praia Vermelha, contou com a presença de Ricardo Galvão, professor da USP, e ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e de Ana Toni, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade.

“Temos uma comunidade científica ainda forte apesar dos ataques, temos competência e temos aliados”, ponderou Galvão. “Como cidadãos, precisamos trabalhar o máximo para conseguir a mudança que queremos no país, não só no meio ambiente, mas na Educação e na Ciência”, completou o docente. A mesa integrou a programação da semana do Meio Ambiente da UFRJ.

Outro tema recorrente no encontro foi o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. “Essas pessoas incomodavam demais, uma pessoa que lutava tanto pela causa indígena foi apagada. Isso é muito triste, lamento muito por todos os brasileiros”, lamentou Galvão. “A defesa da Amazônia passa por um momento trágico. É um momento simbólico de luta e resistência”, disse a professora Tatiana Roque, mediadora da conferência.

NEGACIONISMO

O negacionismo foi apontado

“Que em janeiro de 2023 tenhamos um alvorecer em nosso país. Com a luz penetrando a escuridão negacionista com suavidade, mas pujantemente”

Ricardo Galvão
Professor da USP

pelo professor Ricardo Galvão como um importante problema que afeta a produção científica e a defesa do meio ambiente. Em 2019, o professor teve a credibilidade de uma pesquisa atacada pelo presidente. Jair Bolsonaro afirmou que os dados do INPE sobre o desmatamento da Amazônia eram falsos.

Galvão destacou que o negacionismo atual “é uma pseudociência intencional”, e para combatê-la, a melhor arma é a divulgação científica. “Temos que melhorar o diálogo da universidade com a sociedade”, indicou e lembrou que, durante a pandemia, a importância da Ciência ficou clara para a população. “Não podemos de maneira nenhuma votar em políticas negacionistas”, alertou.

AMAZÔNIA

No campo das políticas públicas, foram debatidos possíveis caminhos para a defesa da floresta Amazônica. Um exemplo foi o programa Amazônia 4.0, que tem o objetivo de criar “novas oportunidades de pesquisa,



FOTOS ALESSANDRO COSTA



Precisamos fortalecer as universidades da região”, completou o ambientalista.

Ricardo Galvão acrescentou a importância de reflorestar, e não apenas preservar. “Vai ficar mais barato produzir sustentavelmente do que de outra maneira. Temos que tornar o reflorestamento atrativo economicamente. Só coibir nunca funciona”, observou o professor da Universidade de São Paulo.

Galvão finalizou o encontro com uma fala de esperança. “Que em janeiro de 2023 tenhamos um alvorecer em nosso país. Com a luz penetrando a escuridão negacionista com suavidade, mas pujantemente”, esperou o ex-presidente do Inpe.

tecnologia e aprendizado para valorizar e proteger os ecossistemas amazônicos”.

“Falando da Amazônia temos que abraçar a complexidade e entender que não tem só um

projeto e nem solução fácil”, ponderou Ana Toni, do Instituto Clima e Sociedade. “Toda a sociedade brasileira tem que abraçar a Amazônia, dando aos amazônicos o protagonismo.”

NOTAS



DEBATE COM LANÇAMENTO DE DOCUMENTÁRIO UNE OBSERVATÓRIO E APUFPR EM CURITIBA

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR) e o Observatório do Conhecimento realizaram na terça-feira (14) o debate “Papel das mulheres na Ciência e em cargos de poder”, na sede do sindicato, em Curitiba. Andréia Stingham, vice-presidente da APUFPR, Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento, e Dayana Brunetto, representante do Movimento de Gênero — UFPR, foram as debatedoras.

O evento contou também com o lançamento do documentário “Ciência: luta de mulher”, produzido pelo Observatório do Conhecimento, que apresenta as histórias de quatro mulheres cientistas de diferentes áreas do Brasil, abordando temas como carreira, desigualdades, raça e maternidade.

As vereadoras Professora Josete e Carol Dartora, ambas do PT, prestigiaram o debate e o lançamento. Josete está em seu quinto mandato e Carol foi a primeira mulher preta eleita vereadora em Curitiba. Também estiveram presentes mulheres dirigentes de sindicatos em Educação de Curitiba, além de representantes estudantis. O evento serviu ainda para consolidar a colaboração entre a APUFPR e o Observatório do Conhecimento em defesa da Ciência e da Educação, duas das áreas que mais sofreram desde o início do governo de destruição de Jair Bolsonaro.

UFRJ aprova política de cotas para a pós-graduação

> Resolução foi apoiada por unanimidade em reunião extraordinária do CEPG. Próximos editais já terão reserva de 20% de vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Em sessão extraordinária nesta quarta-feira (15), o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) aprovou, por unanimidade, uma resolução que torna obrigatórias as políticas de ações afirmativas na pós-graduação da UFRJ. Hoje, a universidade tem em torno de 16 mil estudantes de pós. Na divulgação dos próximos editais de seleção, cada programa deverá ofertar pelo menos 20% das vagas para pessoas pretas, pardas e indígenas, e pelo menos 5% para pessoas com deficiência.

De acordo com a pró-reitora

de Pós-graduação e Pesquisa, professora Denise Freire, trata-se de uma conquista fundamental para a democratização da pós-graduação da universidade. “Representa um avanço significativo. A nossa universidade é a maior e a melhor do país, então tudo o que se faz aqui é sempre muito esperado por outras instituições federais”, comemora. “É uma resolução que foi construída a muitas mãos. Foi um ganho para a UFRJ e ainda discutiremos muito para avançar ainda mais nas políticas de ações afirmativas na pós-graduação da UFRJ”.

A resolução prevê ainda que em situações específicas de parentalidade, no caso de candida-

das mães que tiveram filhos por adoção e/ou gestação nos últimos cinco anos, a contar da data de divulgação do edital de seleção, será promovida uma ação compensatória. “Trata-se de um fator de correção que incide sobre a pontuação que o programa de pós-graduação assim definir, apenas para efeitos de colocação no processo seletivo”, esclarece a pró-reitora. A resolução define que o fator de correção seja fixo, entre 1,05 e 1,2, na nota final do currículo.

PASSO FUNDAMENTAL

Para Nedir do Espírito Santo, diretora da AdUFRJ e professora do Instituto de Matemática, a aprovação institucional das cotas nos programas de pós-graduação é um grande passo, mas ainda um primeiro movimento na transformação da universidade e da realidade brasileira. “Os negros desse país são a maioria da população, mas, por questões

estruturais da nossa sociedade, não conseguem acessar espaços de ensino superior e de pesquisa, nem cargos de gestão”, reconhece a professora. Para ela, aprovar cotas na pós terá resultados somente em médio e longo prazos. “Os efeitos demoram a aparecer. Vide há quanto tempo temos nossa política de cotas para a graduação e o número sequer razoável de professores negros. Então, é uma política que demora a mostrar seus efeitos, mas, sem dúvidas, é um primeiro passo fundamental para que haja de fato uma profunda transformação da universidade”.

A Associação de Pós-Graduandos também comemorou a conquista. “A UFRJ impulsiona, com essa resolução, a necessidade de contemplarmos esses grupos também em legislação federal sobre o tema, e dá o exemplo a outras universidades que possam fazer o mesmo enquanto essa legislação não é formula-

da”, aponta o conselheiro Jorge Marçal, representante da APG no colegiado. “A formação no mestrado e no doutorado é responsável por mais de 90% da produção científica e acadêmica no país e é também a trajetória para a formação dos futuros docentes de nossas universidades, que ainda são majoritariamente brancos, cisgêneros e sem deficiência”, conclui.

Para Natália Trindade, também conselheira do CEPG e doutoranda em Direito da UFRJ, a aprovação contribuiu para que a lei federal de cotas na graduação seja revisada em uma perspectiva de ampliação, que compreenda as ações afirmativas para o ingresso e para a permanência. “Até porque os pós-graduandos querem o título ‘na mão’ para acessar o mercado de trabalho na academia, para colaborar na produção de conhecimento e na construção de um Brasil realmente independente”, disse.

REDISCUSSÃO DA LEI NO CONGRESSO GERA DEBATE

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

A universidade não vai admitir nenhum retrocesso à lei federal das cotas, que completa 10 anos em agosto e deverá ser rediscutida no Congresso. Pelo contrário, é preciso avançar ainda mais em políticas de inclusão e permanência na educação superior. Esta foi a mensagem do debate organizado pelo Observatório do Conhecimento — rede de associações docentes da qual faz parte a AdUFRJ — e a plataforma Perifa Connection, no dia 10.

A plateia do encontro não poderia ser mais emblemática do tema “Universidade antes e depois das cotas”. Cenário inimaginável há uma década, o auditório Moniz de Aragão, no campus da Praia Vermelha, estava recheado de estudantes pretas e pretos que aplaudiam com entusiasmo cada depoimento em favor das ações afirmativas.

Relatos como o de Wesley Teixeira, ativista da Perifa Connection e da Coalizção Negra por Direitos. O morador do Morro do Sapo, em Duque de Caxias, montou com os colegas um pré-vestibular intitulado “+ Nós”, em 2015. “Porque queremos mais de nós na universidade”, disse. A iniciativa deu certo: Wesley conseguiu ingressar no curso de Pedagogia da Uerj e vários outros egressos do pré-vestibular conquistaram vagas em instituições públicas. “Não vamos deixar nenhum dos nossos para trás e vamos ocupar todos esses espaços, mesmo que não queiram”, completou.

O ativista contou que, há dois

anos, o bolsonarismo tentou acabar com a lei estadual de cotas raciais na Uerj, instituição pioneira no país na aplicação das ações afirmativas. Após muita pressão, a proposta foi derrotada. “2022 é o ano de dar o mesmo recado”, disse, em referência à rediscussão da lei federal de cotas pelo Congresso Nacional.

Cria da Rocinha e estudante de Jornalismo da PUC-Rio, Eduardo Carvalho compartilhou a experiência de ingresso na educação superior por meio de bolsas e também se manifestou a favor das cotas nas instituições públicas. “A política de cotas é, mais que tudo, mudança de paradigmas. Ela potencializa pessoas, em sua maioria, invisibilizadas”, disse.

“O que precisamos pensar é política de continuidade. São muitos os problemas que o estudante universitário enfrenta. Precisa de auxílio-transporte, precisa de alimentação”, afirmou. “Para enfim empunhar na mão o tão sonhado e validar uma trajetória de sonhos e possibilidades que são, sobretudo, nosso direito”, completou.

BATALHA ÁRDUA

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, anfitriã do debate, a professora Tatiana Roque contou a dura história das cotas na UFRJ, desde o primeiro governo Lula. “A esquerda, que estava no poder, sofreu oposição da esquerda, contra as cotas. Foi muito surpreendente”, afirmou. “Quem era a favor venceu, mas com muita luta, com muito estresse”.

O resultado da batalha hoje é visível nos corredores e salas de



ALESSANDRO COSTA

aula da maior federal do país. Docente do Instituto de Matemática, Tatiana dava aula de Cálculo para turmas da Engenharia, nos anos 1990. “Não tinha nenhum aluno negro, naquela época. Só brancos, ex-alunos de escola particular, da Zona Sul. Essa realidade mudou completamente”, comemorou. “Claro que falta muito, mas considero que aconteceu nessa universidade uma revolução. É preciso ter políticas de permanên-

cia: bandeirão, alojamento, bolsas, acolhimento”, completou.

Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior, a professora Rosana Heringer também enfatizou a necessidade de apoiar os estudantes que ingressam nas universidades públicas pelas cotas. “Não é só vir para a aula e ir embora. Pertencer à universidade de fato é participar de seminários como este, interagir com os colegas”, disse.

MÍRIAM LEITÃO GERA POLÊMICA

A presença da jornalista Miriam Leitão no debate sobre as cotas causou polêmica. No perfil da AdUFRJ no Facebook, muitos criticaram o espaço concedido à debatedora, que é considerada uma inimiga dos serviços públicos.

Presidente do sindicato, o professor João Torres respondeu: “É importante o contraditório num debate. Com certeza, a jornalista Miriam Leitão já defendeu posi-

ções que não concordamos de forma nenhuma”, disse. “Mas, especialmente sobre cotas, quero recordar aos colegas que setores e lideranças expressivas da esquerda da UFRJ já foram visivelmente contra as cotas. E nós continuamos a convidá-los para o debate”.

Já Miriam se manifesta a favor das cotas muito antes da lei federal de 2012. “A primeira coluna que

A docente da Faculdade de Educação foi além. “Essa transformação que a universidade vivenciou precisa repercutir para outros aspectos”. Rosana lembrou que, somente no ano passado, a UFRJ modificou a legislação interna para contemplar de fato as ações afirmativas em concursos docentes.

Mas, aos poucos, a universidade avança. Criado em dezembro do ano passado, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) da UFRJ, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura, foi lançado institucionalmente em 2 de junho. A diretora do Neabi, professora Gracyelle Costa, fez a mediação do debate e ressaltou o papel de um trabalho coletivo para a consolidação das ações afirmativas. “Isso significa buscar o apoio de todos os segmentos da universidade para pensar currículos e processos pedagógicos antirracistas, assistência estudantil, acompanhamento discente e, ao mesmo tempo, envolve defender um orçamento público amplo para financiamento da educação e de outras políticas públicas”, disse.

escrevi defendendo as cotas foi de 1998”, disse. “O mais duradouro obstáculo ao desenvolvimento do Brasil é o racismo. Portanto, políticas que confrontem o racismo, esse obstáculo ao desenvolvimento, têm sempre minha defesa”. E concluiu: “Queremos que os espaços de poder tenham a cara da sociedade brasileira, tão rica na sua diversidade étnica. Essa diversidade é nossa força”.

Covid-19 volta a ameaçar as atividades presenciais

> Em reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ foram muitos os relatos de docentes e alunos afastados de suas atividades porque estão infectados. Tema será discutido em assembleia

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

A quarta onda da covid-19 chegou e parece se alastrar como rastilho de pólvora na UFRJ. O assunto foi levantado pelos professores integrantes do Conselho de Representantes da AdUFRJ, reunido nesta quarta-feira (15). Os conselheiros demonstraram preocupação com o número de casos em alta na universidade e com suas condições de trabalho. A reunião precisou ser remota porque o presidente do sindicato, professor João Torres, também foi acometido pelo vírus e está nos últimos dias do isolamento. O assunto será uma das pautas da assembleia geral que acontecerá na próxima quarta-feira (22).

“Precisamos estar atentos a essa questão. Eu fui infectado nesse retorno presencial e vários outros colegas do meu instituto também se infectaram”, contou o professor Wilson Vieira, do Instituto de Economia. “Fiz isolamento, felizmente não tive sintomas graves e já retornei ao trabalho, mas descobri que muitos colegas estão afastados pela mesma razão”, disse. A professora Claudia Lage, do Instituto de Biofísica, também informou que se contaminou recentemente. “Ainda estou me recuperando. Já testei negativo, mas continuo sintomática, com dificuldade para respirar e muito cansaço”, relatou. Ela também criticou a falta de infraestrutura adequada em seu local de trabalho, o Centro de Ciências da Saúde. “Após dois anos, ainda não temos salas adequadas do ponto de vista da ventilação”.

Conselheira recém-eleita, a

professora Renata Flores, do Colégio de Aplicação, revelou que o marido — e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Cláudio Ribeiro — está positivado, com sintomas leves e isolado. “A gente tem uma filha pequena que ainda não é vacinada e isso é uma preocupação muito grande”, queixou-se. Como são contactantes diretas, a professora e a filha estão também em isolamento, em casa. Mas Renata testou negativo. “Os protocolos do CTD (Centro de Triagem Diagnóstica) não me respaldam do ponto de vista trabalhista, porque se eu teste negativo, eu deveria ter ido trabalhar”, disse. “Mas como fazer isso tendo alguém infectado em casa e colocar em risco meus alunos, que são crianças, e colegas? A gente está mais preocupada com a manutenção das aulas do que com a segurança da comunidade universitária”, desabafou.

Sua colega de unidade, a professora Thais Motta, também criticou a fragilidade dos protocolos atuais. “Na turma em que a Renata trabalha a gente tem dois casos positivos, há outras turmas com nove casos, três casos. São oito professores do CAP Lagoa e sete professores e colaboradores da unidade Fundão”, relatou. “A gente objetivamente está na quarta onda, mas ninguém sabe responder o que a gente faz agora. A fragilidade das orientações das instâncias superiores, nessa situação, é muito grande”.

Quem também viu a covid-19 chegar em sua casa foi a professora Marinalva Oliveira, da Faculdade de Educação. Dois de seus três filhos testaram positivo e estão com sintomas leves. Ela mora com o caçula, que tem



“Temos alguma salas com condições muito precárias, professores, estudantes ou familiares com covid-19. Nesse ritmo, essa quarta onda vai piorar muito e rápido”

IVAN CAPPELLER
Professor da ECO

deficiência. “Passei dois anos completamente isolada porque eu sou vulnerável e meu filho também é vulnerável. Fiz dois antígenos que deram negativo e hoje farei um RT-PCR que demora alguns dias para sair”, contou. “Nesse quadro, não posso dar aulas presenciais, mas não estou protegida pela legislação interna porque estou isolada preventivamente, já que cuido diretamente do meu filho”, disse. “É preciso uma assembleia com urgência para discutir as condições de trabalho nesse retorno presencial”, reivindicou.

Da Escola de Comunicação, o professor Ivan Capeller também informou que é grande o quantitativo de colegas e estudantes afastados temporariamente de suas atividades na unidade.

“Temos algumas salas com condições muito precárias, professores, estudantes ou familiares com covid-19. Nesse ritmo, essa quarta onda vai piorar muito e rápido”, afirmou. “Por isso, quero endossar esse pedido de uma assembleia para debater essas questões”.

CR APROVA ELEIÇÕES

O pleito que elegeu 14 novos conselheiros, na semana passada, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Representantes. O presidente da Comissão Eleitoral, professor Felipe Rosa, informou que as eleições transcorreram sem imprevistos. “As eleições correram de forma muito tranquila, remotamente, só houve uma intercorrência que foi uma candidatura não homologada, mas a votação aconteceu em dois dias sem qualquer problema”, garantiu. Participaram dez unidades, todas com única lista. “Todos os candidatos foram eleitos. Parabéns aos colegas que assumem esse mandato”, afirmou. Os novos eleitos complementam o mandato do grupo até 2023.

OBSERVATÓRIO EM DEBATE

Depois de uma sessão de informes do professor João Torres, sobre as últimas atividades desenvolvidas pela diretoria, a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, contou sobre as ações realizadas no âmbito do Observatório do Conhecimento. Ela avalia que a instância vem se transformado em uma entidade de referência no Brasil sobre assuntos de Ciência e Tecnologia e financiamento da área. “Houve seis audiências públicas sobre a composição do orçamento e nós estivemos em cinco delas.

Conseguimos incidir no debate público sobre essa questão orçamentária”.

Alguns professores defenderam a necessidade de que a categoria aprove em assembleia a atuação da AdUFRJ na organização e o financiamento do Observatório. “É preciso que o Observatório seja explicado, não no sentido policesco, mas no sentido de entender: o que é esse Observatório? Quem o compõe? Por que a diretoria aderiu e a base nunca opinou a respeito?”, questionou Marinalva.

O presidente João Torres explicou que, por não se tratar de uma instância sindical, não há uma necessidade formal de a AdUFRJ submeter em assembleia uma decisão de atuar em instâncias paralelas de organização da comunidade científica. “Não é um sindicato que pretende substituir o Andes. É um conjunto de associações docentes, algumas do Andes, outras do Proifes, outras independentes, que atuam coletivamente nas questões de C&T e Educação, em nível nacional”, disse. “Buscamos sensibilizar a sociedade para atuar por uma ciência mais inclusiva e com financiamento público adequado”, complementou Mayra.

O professor Felipe Rosa, que era da direção da AdUFRJ quando o Observatório foi criado, também defendeu sua existência. “Eu acho legítimo que uma seção sindical como a nossa tenha uma forma de atuar contra os cortes e em defesa da Ciência. É um espaço alternativo”, disse. “No Andes, levamos uma proposta conciliadora de articulação com a ABC, a SBPC, e fomos derrotados. Isso demonstra a importância de atuarmos em outras vias”.

NOTAS

REITORA TOMA POSSE NA ACADEMIA DE MEDICINA DO RJ

A reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, tomou posse na Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Ela assume a Cadeira 68, cujo patrono é o médico sanitário Oswaldo Cruz. Em seu discurso, a reitora destacou a importância do patrono na área de ciências aplicadas à Medicina durante o combate à febre amarela, varíola e peste bubônica, enfermidades graves no início do século XX. Em entrevista à AdUFRJ, Denise se disse honrada em poder assumir

essa cadeira, ela que também é uma profissional que atua em ciências aplicadas à Medicina. “É o reconhecimento de toda minha trajetória profissional e acadêmica. Nesse momento de pandemia, em que a Ciência foi tão importante para salvar vidas, ser eleita para a Academia de Medicina do Rio de Janeiro é ainda mais especial. Uma honra, realmente”.

A mãe da reitora, dona Maria da Penha Pires de Carvalho, de 82 anos, não escondia o orgulho. “Ela é muito obstinada naquilo que deseja, uma excelente filha, uma excelente médica. Eu fico muito feliz em poder testemunhar esse momento”.



SILVANA SÁ

DENISE DE CARVALHO ocupa a cadeira de Oswaldo Cruz

CÂMARA INSTAURA PROCESSO CONTRA DEPUTADO DO PSOL

Em tramitação recorde, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados abriu, na terça-feira (14), processo por quebra de decoro, com pedido de cassação do mandato, contra o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ). A abertura se dá apenas duas semanas após a discussão em plenário entre Glauber e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na qual o deputado do PSOL questionou se Lira não tinha “vergonha” em defender a privatização da Petrobras. Glauber Braga disse que o processo é uma tentativa de intimidação.

ASSEMBLEIA

PAUTA:

CORTES NO
ORÇAMENTO,
ELEIÇÃO DE
DELEGADOS
PARA O CONAD
E CONDIÇÕES
DE TRABALHO

22/06
10H ÀS 12H

CENTRO DE
TECNOLOGIA
BLOCO E, SALA 212

ASSEMBLEIA HÍBRIDA.
PARTICIPE PELO ZOOM
OU PRESENCIALMENTE!

CONTRA OS CORTES, CORTE O GOVERNO

ASSEMBLEIA
HÍBRIDA. PARTICIPE
PELO ZOOM OU
PRESENCIALMENTE!

AdUFRJ